

Os contextos de intervenção, as ciências da educação e o senso comum

Carlos Nogueira Fino
Universidade da Madeira

1. O início

1.1. Há mais de 30 anos

A circunstância de o *Congresso Ciências da Educação em Portugal: Saberes, contextos de intervenção e profissionalidades* coincidir com a comemoração dos 30 anos do lançamento da primeira licenciatura em Ciências da Educação, pela Universidade do Porto, não corresponderá, com certeza, à consideração de que tal licenciatura corresponda à “inauguração” do campo científico das Ciências da Educação em Portugal.

De facto, para identificarmos qualquer ato fundador das Ciências da Educação, teríamos de recuar pelo menos uma década e meia, uma vez que, como recordavam Amado & Boavida (2008, p. 27),

Pode dizer-se que uma das primeiras, se não a primeira das manifestações das Ciências da Educação, se realizou em 1974, no antigo Instituto Nacional de Educação Física (INEF, hoje Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade Técnica de Lisboa), a partir de um Seminário Internacional em que a problemática era a observação de classes e a formação de professores.

No Seminário referido por aqueles autores pontificava a figura de Albano Estrela, indiscutivelmente um dos pais fundadores das Ciências da Educação em Portugal, a par de Maria Teresa Estrela e outros. Albano Estrela foi discípulo direto de Gaston Mialaret, sob cuja orientação concluiu o doutoramento em *Sciences de l'éducation*¹, na Universidade de Caen, no ano de 1981.

1 A tese tinha o título de *Vers une théorie et une pratique de l'observation dans la formation des enseignants*.

Por acaso, Albano Estrela foi meu professor de História da Educação Física, no início dos anos de setenta, igualmente no Instituto Nacional de Educação Física, de que foi também diretor durante parte do período em que o frequentei, de 1969 a 1973.

1.2. Desde a criação da primeira licenciatura em Ciências da Educação

A Universidade da Madeira (UMa) comemora os 30 anos da sua fundação neste ano letivo de 2018/19. Foi criada pelo Decreto-Lei n.º 319-A/88, de 13 de setembro, tendo os seus primeiros Estatutos sido homologados apenas a 13 de maio de 1996, após um longo processo de instalação. No seu início, aglutinou a Escola Superior de Educação da Madeira, a cujo quadro eu pertencia, que tinha em funcionamento dois bacharelatos em Ciências da Educação (Curso de professores do 1.º ciclo e Curso de Educadores de Infância), bem como as extensões universitárias das Faculdades de Letras e de Ciências da Universidade de Lisboa, que funcionavam no Funchal.

A Escola Superior de Educação acabaria por dar origem ao Departamento de Ciências da Educação (DCE), que foi unidade orgânica da UMa durante cerca de 20 anos, e em cujo seio foram transformados em licenciaturas os referidos bacharelatos, na sequência da alteração, em 1997, da Lei de Bases do Sistema Educativo. Atualmente, o DCE não é unidade orgânica e integra a Faculdade de Ciências Sociais.

A Universidade da Madeira é, portanto, mais jovem do que a primeira licenciatura em Ciências da Educação da Universidade do Porto, que já funcionava quando o decreto da sua criação foi publicado. E só em 2001 o DCE da UMa teve possibilidade de se abalarçar a elaborar a proposta de criação de uma licenciatura análoga, depois de estar garantida a massa crítica necessária, através da contratação de mais professores e da melhoria da qualificação dos existentes.

O Preâmbulo da referida proposta rezava assim:

A Universidade da Madeira, procurando interpretar e responder às necessidades do meio onde está inserida, ciente que as questões da educação, formação e animação sócio-cultural extravasam largamente o âmbito do sistema escolar, deliberou criar uma licenciatura em Ciências da Educação que, não habilitando especificamente para o exercício da docência, formará técnicos superiores de educação capazes de intervir em áreas diversificadas da educação e da formação e animação sócio-cultural, dentro ou fora do sistema escolar.

Esta licenciatura destina-se, numa primeira fase, a jovens que, tendo terminado o ensino secundário, procuram na Universidade, não uma formação imediatamente profissionalizante, mas a aquisição de um conjunto de competências na área das Ciências da Educação, que os habilite a: a) encetar uma carreira académica (ensino e investigação), b) intervir na definição das políticas educativas, c) trabalhar em órgãos de planificação e gestão dos sistemas de formação escolar e não escolar, d) planificar e dirigir actividades de animação sócio-cultural. Em fase mediata, é objectivo da UMA acolher profissionais do sector da Educação, do Serviço Social, Enfermagem ou de outros que lhes sejam confluentes, que pretendam alargar horizontes e adquirir novas competências nas áreas da educação e da formação e animação sócio-cultural.

Foi também em 2001 que o DCE elaborou as suas primeiras propostas de criação de mestrados em Ciências da Educação, respetivamente em Supervisão Pedagógica e em Administração Educacional, a que se veio juntar, em 2013, um outro em Inovação Pedagógica.

No que se refere aos doutoramentos, e no âmbito da reorganização imposta pelo processo de Bolonha, o DCE da UMA descontinuou a maioria das especialidades previstas, substituindo-as pela criação de dois cursos doutorais, um em Currículo e outro em Inovação Pedagógica, os quais pereceram dez anos e várias excelentes teses de doutoramento depois, às mãos da eugenia académica levada a cabo pela A3ES, cujo instrumento para este caso – a CAE – era integrado por professores maioritariamente do eixo Porto – Braga. Essas duas especialidades acabaram por ser fundidas numa única, dois anos depois, e originar um novo doutoramento em Currículo e Inovação Pedagógica, atualmente em funcionamento, depois de um verdadeiro braço de ferro com a A3ES e com a sua agenda, não tão secreta como isso, de curto circuitar a autonomia científica das instituições de ensino superior (IES), especialmente as da periferia, como se o país se circunscrevesse ao retângulo continental e este se resumisse ao litoral. Evidência simples do que afirmo é a ausência habitual e ostensiva de professores das IES situadas nas regiões autónomas nas comissões de avaliação externa destinadas a avaliar cursos relacionados com as Ciências da Educação, em processos de avaliação apresentados como sendo “de pares”.

2. Os contextos de intervenção

O Preâmbulo da proposta de criação da licenciatura em Ciências da Educação, da Universidade da Madeira, antecipava quatro grandes áreas de intervenção para os futuros licenciados:

a) Na *carreira académica (ensino e investigação)*

Desempenham atualmente funções na UMa dois professores oriundos da sua primeira licenciatura em Ciências da Educação. Um desses professores é o atual coordenador do Centro de Investigação em Educação (CIE-UMa) e diretor do mestrado em Administração Educacional. A outra desses docentes é quadro superior da Secretaria Regional de Educação e trabalha na Universidade como Assistente convidada.

b) Na *definição das políticas educativas*

Avaliada à distância de quase duas décadas, esta alínea no Preâmbulo pode parecer surpreendente, pela ingenuidade da imaginação de semelhante área de intervenção. Como se sabe, quem sempre definiu as políticas educativas não tinha, nem tem, na esmagadora maioria das vezes, qualquer formação em ciências da educação ou relação direta ou indireta com elas. Parafraseando Hinchey (2004), uma vez que educação é política, e sendo certo que a política mergulha as suas raízes na economia, a educação, para produzir cidadãos, trabalhadores e consumidores, sempre foi assunto importante demais para ficar nas mãos dos especialistas. Seja como for, ingénua ou não, a reivindicação implícita continua pertinente no que se refere à prontidão: quando chegar a altura, os licenciados em Ciências da Educação, deverão estar preparados para enfrentar a responsabilidade que lhes cabe.

c) Em *órgãos de planificação e gestão dos sistemas de formação escolar e não escolar*

Conforme referi anteriormente, pertence ao quadro da Secretaria Regional de Educação da Madeira uma licenciada em Ciências da Educação formada na UMa. Trata-se de um caso em mais de duas centenas de licenciados, o que ainda não corresponde propriamente a uma tendência.

d) Em *animação sociocultural*

É esta a grande área onde os licenciados em Ciências da Educação da UMa têm feito os seus estágios curriculares no âmbito da disciplina de Intervenção Comunitária.

Ao longo do tempo, têm surgido oportunidades de estagiar em ambientes em número e variedade que não tínhamos imaginado numa ilha com menos de duzentos e cinquenta mil habitantes, cuja capital terá pouco mais de 110.000 (tinha 111.541 em 2011). Por agora, a generalidade desses ambientes abriu-se apenas à inclusão de estagiários, sendo esse o primeiro passo de um caminho que levará, possivelmente, à contratação de alguns licenciados.

Este é um elenco não exaustivo de locais que têm acolhido estagiários da licenciatura em Ciências da Educação, da UMa, nos últimos cinco anos:

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira;
Assistência Médica Internacional – AMI;
Associação CASA (apoio à população em situação de sem-abrigo);
Associação Olho-te – Associação Artística de Solidariedade Social (Atividades Artísticas e de Inclusão Social);
Atelier Quinta Falcão;
Biblioteca Municipal do Funchal;
Biblioteca Pública Regional;
Centro Comunitário do Canto do Muro;
Centro Comunitário da Quinta Falcão (IPSS *Garouta* do Calhau);
Centro Comunitário das Murteiras;
Centro Comunitário da Quinta Josefina;
Centro da Mãe (apoio às mães solteiras);
Cruz Vermelha Portuguesa – Lar Dona Olga (infantário, escola básica e lar para idosos);
Departamento de Educação e Qualidade de Vida – Câmara Municipal do Funchal;
Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia;
Direção Regional de Juventude e Desporto;
Divisão de Acessibilidades e Ajudas Técnicas (DAAT) (apoio a crianças com deficiência e/ou incapacidades);
Estabelecimento Prisional do Funchal;

Estratégia 15 MAIS – Direção Regional de Educação;
Galeria Espaçomar – Espaço dedicado às artes da Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco;
Ginásio da Barreirinha – Complexo Balnear da Barreirinha;
Guarda Nacional Republicana – Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS);
Guarda Nacional Republicana – Serviço de Proteção da Natureza;
Gymboree Funchal (Instituição privada para a promoção do desenvolvimento infantil);
Ludoteca do Parque de Santa Catarina;
Musica@arte – Centro cívico de Santo António;
Programa Escolhas – Câmara Municipal do Funchal (promoção da inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social);
Serviço Técnico de Educação Especial da Secretaria Regional da Educação;
Serviço Técnico de Formação Profissional da Direção Regional de Educação.

3. A questão do senso comum

Quando tive de antecipar um resumo para esta comunicação, arrisquei adiantar que a intervenção em contextos anteriormente ignorados, ou entregues ao senso comum, foi sendo substituída por ações planeadas e informadas, à medida que o reconhecimento da formação em ciências de educação se ia consolidando, quer académica, quer socialmente.

De facto, visando a formação de professores prepará-los para atuarem fundamentalmente em contextos de educação formal (escolas), os contextos informais permaneceram historicamente entregues à ação, voluntária ou não, de outros intervenientes, guiados por outras perspetivas ou pelas próprias conceções, consubstanciadas quase sempre em maneiras empíricas de atuar. A formação de licenciados em Ciências da Educação, como é evidente, faz parte de um movimento contrário, ao oferecer capacidades de intervenção qualificadas e validadas academicamente, chamando a academia, mais concretamente a comunidade das Ciências da Educação, a ocupar-se da reflexão sobre a intervenção em contextos não formais, no que se refere, pelo menos, às aprendizagens e aos ambientes em que ocorrem.

E, numa época em que a educação formal é questionada pela sua desadequação face à mudança civilizacional, parece evidente que esse facto faz aumentar a importância e as oportunidades de profissionais não-professores estrito senso, mas dotados de uma sólida formação em Ciências da Educação. É claro que não estou a anunciar a morte dos professores e a ascensão da espécie dominante seguinte, que seria a dos licenciados em Ciências da Educação, prontos para conquistarem o que resta do mundo. O que tento afirmar é bem diferente: a necessidade, o tempo e o espaço da aprendizagem há muito que extravasaram a escolaridade. Hoje, o tempo de aprender e de agir é a vida toda e todos os locais da vida. Para esse todo, professores e licenciados em Ciências da Educação, somados aos professores, talvez não sejam demais.

O contrário seria estarmos a insistir na manutenção de uma licenciatura com poucos pontos de contacto com o mundo do trabalho, o que, não sendo propriamente uma heresia – as universidades não são propriamente escolas profissionais –, talvez seja argumento para ser repensado.

Por isso, por trinta anos de experiência no plano nacional, e quase vinte no que diz respeito à Universidade da Madeira, têm sugerido evoluções nos planos curriculares das licenciaturas em Ciências da Educação, depurando-os e tornando-os mais ambiciosos, para que sejam capazes de responder adequadamente às oportunidades de intervenção em contextos que vão emergindo. Por sua vez, a existência de centenas de licenciados disponíveis desafia a contratação de mão-de-obra indiferenciada para esses contextos, tornando-a insustentável na esfera pública e altamente questionável em instituições privadas.

E isto ajuda a compreender o que nem precisaria de explicação por ser tão evidente: no início, não foram os ambientes informais, entregues a pessoas sem formação específica, que reclamaram por profissionais; mas quando estes passaram a existir e a fazer-se notar, começaram a ser imprescindíveis.

4. Finalmente, um ponto crítico a considerar: a empregabilidade

Segundo os dados do Observatório de Emprego da Universidade da Madeira, em 2016, existiam 64 licenciados em Ciências da Educação, formados na UMa, na situação de desempregados. No entanto, esse número tinha baixado para 58, em 2017. Refira-se que se formaram 142 licenciados em Ciências da Educação, na UMa, entre 2011/12 e 2016/17, mantendo-se 58 na situação de desemprego, o que pressupõe uma empregabilidade de apenas 59,2%.

1.º ciclo	Total diplomas 2011/12 – 2016/17	Desemprego registado out 2017	Indicador de Empregabilidade
Arte e Multimédia	78	23	70,5%
Biologia	23	24	DRS
Bioquímica	71	16	77,5%
Ciências da Cultura	185	39	78,9%
Ciências da Educação	<u>142</u>	<u>58</u>	<u>59,2%</u>
Comunicação, Cultura e Organizações	165	51	69,1%
Design	124	45	63,7%
Design de Media Interativos	37	8	78,4%
Economia	202	47	76,7%
Educação Básica	158	14	91,1%
Educação Física e Desporto	167	22	86,8%
Enfermagem	198	17	91,4%

Nota: Indicador de empregabilidade (IndEmp2017: $(1 - (\text{n.º de desempregados UMA} / \text{n.º de diplomados UMA})) * 100\%$), tendo como referência temporal 2012 a 2017).

Estes são os últimos dados fornecidos pelo Observatório de Emprego da UMA sobre as licenciaturas, não estando ainda disponível a informação relativa a 2018. Em todo o caso, da leitura da tabela ressalta a verificação de que a licenciatura em Ciências da Educação é a que tem a menor taxa de empregabilidade entre 13 licenciaturas da Universidade da Madeira, facto que merece atenção.

Apesar do otimismo que poderá resultar da inventariação dos contextos de intervenção possíveis para estes licenciados, em quantidade e em variedade, de que se deu conta no número anterior, a verdade é que esse otimismo não é corroborado pelos números fornecidos pelo Observatório de Emprego da Universidade da Madeira. Ou seja, entre os locais de estágio curricular e os locais de trabalho existe uma distância que não está a ser transposta, pelo menos a uma velocidade que atenua os números elevados de desemprego entre estes licenciados.

É verdade que, como já afirmei, as universidades não são propriamente escolas profissionais. E é também verdade que a licenciatura em Ciências da Educação é relativamente jovem, e que os licenciados da UMa são livres de procurar emprego dentro e fora da região autónoma, no espaço nacional ou mesmo internacional. Não obstante, talvez fosse prudente refletir um pouco sobre as expectativas que são abertas aos jovens quando se lhes oferece este curso.

Tenho consciência de quão resvaladiço é este terreno e de que não existe algoritmo fiável para a determinação de coisas arbitrárias e etéreas como *numeri clausi*, se é que se justifica a existência desses números. Mas não descortino a vantagem de formar para uma espécie de limbo, ainda que se saiba que os licenciados, independentemente da respetiva área de licenciatura, têm maiores probabilidades de conseguir um emprego, quando comparados com candidatos com habilitações inferiores. Nem sei, sequer, se compete às universidades gerir expectativas. Seja como for, não creio que se possa abordar a questão dos contextos de intervenção dos licenciados em Ciências da Educação sem se olhar para o contexto mais geral da sociedade, onde também se coloca, com insistência crescente, a questão da relação entre a formação e a empregabilidade.

Referências bibliográficas

Amado João & Boavida João (2008). A afirmação social das Ciências da Educação: uma perspectiva histórica a partir de Portugal. *Revista Educação em Questão*, 32, (18), 7-39.

Hinchey, Patricia (2004). *Becoming a Critical Educator*. New York: Peter Lang Publishing.